

[Procedimento cadastrado com sucesso]

Procedimento de Gestão Administrativa Nº 001.2025.072378 (Nº CNMP 20.18.0176.0072378/2025-15)

Classe: Procedimento de Gestão Administrativa
Assunto principal: 930014 - ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) | Gestão de Documentos e Informações | Documentação Arquivística | Protocolo / Expedição
Registro: 28/07/2025 18:12 em ASSESSORIA DE EXPEDIENTE E COMUNICAÇÃO (PROTOCOLO)

Texto informado:
CAUTELAR DE SUSPENSÃO AO CCRIMP - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA – MPPB Em sessão extraordinária e sem qualquer debate público ou ampla divulgação à população, a Câmara Municipal de Santa Rita/PB aprovou um projeto de lei que reduz a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de 5% para 2% para determinadas atividades do setor da construção civil e obras de grande porte (a partir de R\$ 150 milhões). Não houve, conforme impõe o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), qualquer estudo técnico de impacto orçamentário-financeiro, nem tampouco previsão ou compatibilização com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município.

Imprimir

Documentos Apensados (0)

Pessoas interessadas				
Tipo	Tipo de Interessado	Nome	Nome Social	Nº documento
PESSOA FÍSICA	Interessado	NICOLA MAJORANA LOMONACO SEGUNDO	-	2025/0001521739

Movimentações					
Nº	Movimento	Registro	Complemento	Número	Nº Origem
3	920057 - Juntada de documento(s)	28/07/2025 18:12h	Documento	2025/0001521741	
2	920057 - Juntada de documento(s)	28/07/2025 18:12h	Documento	2025/0001521740	
1	1000001 - Registro	28/07/2025 18:12h	Resumo dos fatos	2025/0001521739	

TCE-PB

Documento enviado com sucesso!
Anoto o número de protocolo abaixo ou imprima o recibo.

Documento 96373/25
Subcategoria Denúncia
Jurisdicionado Câmara Municipal de Santa Rita

Visualizar Recibo de Protocolo

RETORNAR




[INSTITUCIONAL](#) ▾ [VEREADORES](#) [TRANSPARÊNCIA](#) ▾ [NOTÍCIAS](#) [OUVIDORIA](#) [DIÁRIO OFICIAL](#)

23/07/2025 - 10:50

Vereadores aprovam redução do ISS em Santa Rita e derrubam veto do Executivo à LDO 2026

- Por ASCOM



A Câmara Municipal de Santa Rita realizou, nesta terça-feira (22), uma sessão extraordinária marcada pela deliberação de três projetos de lei de autoria do Poder Executivo. Entre os destaques, os parlamentares aprovaram um projeto que reduz a alíquota do ISS para empresas que pretendem se instalar na cidade, além de derrubar vetos do Executivo a emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 e encaminhar para análise o projeto de remanejamento orçamentário para 2025.

O primeiro projeto aprovado trata da redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) para 2% para empresas do setor de construção civil, obras hidráulicas e serviços de engenharia consultiva. A medida vale para obras com valor mínimo de R\$ 150 milhões e busca incentivar a instalação de grandes empreendimentos no município.

Durante a votação, os vereadores destacaram que a medida é estratégica para atrair investimentos, gerar empregos e movimentar a economia local.

Outro ponto importante da sessão foi a derrubada do veto total do prefeito às emendas de nº 5 a 119 apresentadas pela Câmara à LDO de 2026. Com 12 votos favoráveis e 7 contrários, a maioria dos parlamentares optou por manter as alterações feitas pelo Legislativo ao projeto original, restabelecendo as emendas anteriormente rejeitadas pelo Executivo.

Já o terceiro projeto, que trata do remanejamento orçamentário de 2025, foi encaminhado para análise das comissões temáticas da Casa. A matéria autoriza o Poder Executivo a remanejar, transpor ou transferir total ou parcialmente as dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e seus créditos adicionais.

O presidente da Câmara Municipal de Santa Rita, vereador Epitácio Vitorino, destacou a importância das deliberações feitas pelo Legislativo durante a sessão extraordinária.

“Na sessão extraordinária de hoje, aprovamos a redução da alíquota do ISS, que representa um grande incentivo para atrair novas empresas e gerar empregos no nosso município. Também reafirmamos a autonomia do Legislativo ao derrubar o veto do Executivo às emendas da LDO 2026”, afirmou.

Compartilhe:



ACESSE


[PORTAL E-DEMOCRACIA](#)

[PORTAL DA TRANSPARÊNCIA](#)

[PORTAL DO SERVIDOR](#)

[SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO](#)

[LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS](#)

[LEI ORÇAMENTO ANUAL](#)

[PLANO PLURI ANUAL](#)

[LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO](#)
